

DA EXCLUSÃO À PARTICIPAÇÃO: O MOVIMENTO SOCIAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

Lidia Marcelino Rebouças

RESUMO: Através de um estudo comparativo, o movimento social dos trabalhadores atingidos por barragens é analisado a partir da relação Estado e sociedade e das relações de poder que caracterizam a diversidade e o conteúdo político das ações empreendidas por grupos camponeses frente à implementação de usinas hidrelétricas.

UNITERMOS: Movimento social - Campesinato - Relações de Poder - Efeitos de Projetos Desenvolvimentistas.

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, iniciada em 1975, desencadeou um conjunto de lutas e conflitos encabeçadas pelas comunidades atingidas pela formação do reservatório, que resultou no Movimento Justiça e Terra. Neste mesmo período organizou-se uma mobilização social contra as barragens de Itá e Machadinho, no Alto Uruguai. Posteriormente surgiram os movimentos associados às construções das usinas de Tucuruí, no Pará, Itaparica e Sobradinho, em Pernambuco, entre outras. Em ritmos diferenciados e a partir das diversidades históricas e culturais de cada localidade, as mobilizações dos trabalhadores atingidos por barragens têm ocorrido em diferentes regiões brasileiras. Todos estes movimentos possuem hoje uma organização em torno dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e das Comissões Regionais de Atingidos por Barragens, constituindo

o Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Este ensaio propõe-se discutir o processo que desencadeou o surgimento deste movimento social a partir da análise de duas ordens de questões. A primeira é a relação do Estado com grupos camponeses expressa nas formas de organização, formas de luta, o conjunto de reivindicações e propostas que traçam uma história de exclusão política destes grupos. A segunda ordem de questão é a análise do conteúdo político que esses movimentos carregam. Para tanto, o fundamento desta reflexão se baseará na comparação de três casos de movimento de reação popular à construção de usinas já descritos na bibliografia sobre o assunto: o caso de Tucuruí, na região Norte, de Itaparica, na região Nordeste, e das barragens do rio Uruguai, na região Sul brasileira. Esta escolha, longe de tentar abranger e

esgotar as questões que envolvem estes casos, objetiva exclusivamente captar a diversidade do movimento.

O movimento de trabalhadores atingidos por barragens pode ser considerado um movimento social rural. Primeiramente porque ele se insere nos chamados "novos movimentos sociais"¹ onde "as lutas contra as más condições de vida e pela restauração social, ainda que de um passado idealizado tais como nos movimentos messiânicos, dão lugar as lutas pela manutenção da condição de camponês, ou seja, pela posse e uso da terra. Todas estas lutas têm, pois como um referencial fundamental a própria sobrevivência do grupo social" (SCHERER-WARREN, 1990, 209) A natureza do empreendimento, a construção de uma barragem, implica na formação de um reservatório, desarticulando a base produtiva de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros e assalariados rurais que se reproduziam por meio da apropriação de formas diversas, das terras de vazante dos rios e dos recursos naturais que a região oferecia. A inundação destas terras faz com que desapareça a base física do sistema de reprodução social destas comunidades, repercutindo na liberação de uma parcela da população rural desta atividade produtiva, sem a criação de um mercado de trabalho correspondente para ela. Estamos portanto diante de um típico processo de expropriação vinculado a uma migração compulsória de camponeses que visa a liberação de áreas para a instalação de uma usina.

Temos visto que a história do campesinato no Brasil, desde o período escravista, sempre foi uma história de exclusão. Exclusão das condições de

trabalho, da propriedade da terra, da política nacional que caracterizaram o caráter altamente autoritário das relações de poder no espaço rural brasileiro. O coronelismo, por sua vez, irá consagrar um sistema de dominação do campesinato, sustentado pelo poder dos coronéis e pelas práticas clientelísticas que irão caracterizar as relações de poder no campo determinando um modelo de intermediação entre a população local e o processo político nacional.

A literatura que tematiza o contexto da implantação de usinas hidrelétricas no meio rural aponta que, nestes casos, a relação Estado - campesinato é igualmente de exclusão. Aqui a exclusão, o autoritarismo e a violência aparecem em diferentes níveis, como veremos a seguir.

A própria política do Estado, ao priorizar a construção de barragens e a implantação de projetos de irrigação em nome de um desenvolvimento e progresso econômicos, exclui os camponeses dos benefícios da utilização da energia elétrica e das áreas irrigadas. Uma usina hidrelétrica se configura num caso típico em que ocorre a espacialização dos custos e benefícios da geração de energia. Geralmente os custos concentram-se na região de sua construção e a energia elétrica gerada é enviada, através das linhas de transmissão, a centenas de quilômetros beneficiando regiões distantes da obra. O processo decisório desta política governamental não envolve a participação da sociedade civil e nem da população diretamente atingida pelo empreendimento. É recorrente a forma como a obra de engenharia é imposta às comunidades residentes que geralmente não são chamadas a opinar sobre as transformações provenientes da instalação da usina. Esta exclusão também se estende ao longo de sua construção, quando a falta de

¹ Com referência aos movimentos sociais contemporâneos ver SCHERER-WARREN 1984, 1989, 1990 e GRZYBOWSKI, 1987

informações corretas ou mesmo um esquema de comunicação dentro das empresas acaba por marginalizar a população das decisões sobre o seu futuro. O planejamento da obra não antecipa e não prevê os impactos decorrentes da sua construção que além de gerar um processo de expropriação da terra, acaba atropelando a desocupação da área. E, finalmente, a própria declaração de segurança nacional em toda a área da usina, que acaba por favorecer o emprego de métodos coercitivos, como a ocupação do canteiro de obras por forças armadas e o impedimento de manifestações públicas.

A forma autoritária e violenta de implantação dos empreendimentos hidrelétricos, gera um movimento social encabeçado pelos camponeses moradores das áreas a serem alagadas. Esta reação tem dimensões que variam de acordo com o grau de organização e socialização política da população, com a conjuntura política nacional, com os tipos e formas de luta empreendidas e também com a inserção social e econômica diferenciada do campesinato atingido. Como bem coloca Sigaud, "a intervenção do Estado nestes casos desencadeia um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais. Estas forças não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas ao longo do processo de realocação" (1984, 106). Em outras palavras, a organização política das comunidades muitas vezes se constitui a partir da intervenção do Estado numa determinada região.

Com base na análise das informações advindas do trabalho de CASTRO (1989) sobre o caso de Tucuruí, PANDOLFI (1986) sobre Itaparica e dos trabalhos de

SCHERER-WARREN & REIS (1985 e 1988), REIS (1989) sobre as barragens do Alto Uruguai, procuraremos discutir a questão da participação e exclusão política desses grupos na sociedade brasileira.

A conjuntura política nacional à época da construção de Tucuruí, em 1975, era dominada por um autoritarismo advindo do período da ditadura militar. A decisão quanto à construção da obra se deu no bojo de negociações de interesses de empresas mineradoras e da ideologia de um projeto nacional de "Brasil grande", voltada para um crescimento econômico. A obra foi imposta à sociedade local que se viu diante de um processo de expropriação na área do futuro reservatório a partir de 1979. As primeiras mobilizações sociais vão se dar cinco anos após o início das obras. A ameaça de expropriação, somada ao descaso da agência estatal na definição de uma política de reassentamento, gerou uma insatisfação que acabou por ganhar uma amplitude política. A organização do movimento, que contou com o apoio decisivo das Comunidades Eclesiais de Base, se deu em contraposição à política indenizatória e ao mesmo tempo expropriatória que atingia os trabalhadores rurais, excluindo-os das decisões que envolviam novos usos da terra, agora relacionados à geração de energia. Naquela região do norte do Pará, tratava-se de um campesinato sem a propriedade jurídica da terra, ou seja, de posseiros. A luta portanto estava no reconhecimento do direito à terra, independente do seu estatuto jurídico, que se concretizaria na conquista de um reassentamento. A partir do trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, com um série de reuniões, trabalhos de comissões, debates, assembléias-gerais, passeatas, os trabalhadores começaram a ter referências sobre os processos e as

relações de poder que estruturavam os interesses econômicos e políticos envolvidos com a construção de Tucuruí.

Diante de diferentes situações de expropriação, e sem antecedentes de uma organização política entre os camponeses, "Tucuruí irá representar a primeira experiência de luta barrageira na Amazônia" (CASTRO, 1989, 57). A organização do movimento representará portanto a conquista de um espaço político, outrora inexistente, de enfrentamento de forças sociais antagônicas, e do rompimento de relações tradicionais de poder a partir da formação de um confronto mais direto com o Estado. Em outras palavras, ocorreu um engajamento político do campesinato a partir da intervenção do Estado na região.

O caso de Itaparica é contemporâneo ao de Tucuruí, suas obras iniciam-se em 1974. Ali, como em Tucuruí, não se registrava tradição na organização política dos camponeses², e também o campesinato caracterizava-se sobretudo por posseiros. O que diferencia esses dois movimentos é justamente a natureza das reivindicações.

Se em Tucuruí, a luta se baliza pela conquista do reassentamento, a organização do movimento em Itaparica se deu no momento em que a CHESF (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco) realizava as indenizações da área a ser ocupada pelo reservatório. Assim as primeiras reivindicações se dão em torno da indenização justa das benfeitorias. "A luta pelo reassentamento é posterior,

tendo início somente a partir de 1979, assim como é neste ano que se inicia uma articulação sindical mais sólida com a criação do Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco" (MAGALHÃES, 1990, 49). É em torno da organização deste pólo sindical que se desenvolve o estudo empreendido por Lia Pandolfi. Dentre suas conclusões, a autora aponta a implantação da hidrelétrica como o fator que desencadeou um forte processo de politização por parte do campesinato, com a efetiva organização dos sindicatos outrora desativados e do abandono, por parte destes, de uma postura assistencialista em prol de uma outra caracterizada por lutas e confrontos políticos com os agentes do Estado (PANDOLFI, 1986). Assim, no contexto de Itaparica, onde o clientelismo político ainda estava fortemente presente, também presenciamos o rompimento de práticas tradicionais de relações de poder envolvidas por laços de dependência e de subordinação.

É importante constatar que, apesar de possuírem trajetórias históricas particulares, a organização desses movimentos e as formas de luta empreendidas assumem uma dinâmica que será comum à dos movimentos de atingidos organizados em outras regiões brasileiras. Isso se deve ao fato destes movimentos serem assessorados pelas mesmas forças sociais e entidades que se apresentam como agentes negociadores. Esses mediadores comuns são: Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igreja Católica, Centro Pastoral da Juventude, entre outros. Tanto no caso de Itaparica como em Tucuruí, percebemos que o trabalho de organização se realiza fundamentalmente, através de setores da Igreja Católica, que incentivam análises e reflexões sobre a realidade

2 "Embora já estivessem organizados e reconhecidos antes da década de 70, alguns sindicatos permaneciam basicamente voltados para uma prática meramente assistencialista que não chegava a representar ou a se apoiar numa verdadeira mobilização popular" (PANDOLFI, 1986,11)

circundante, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência política sobre os problemas concretos enfrentados pelas comunidades no seu cotidiano.

Assim, a criação do movimento, se dá sobretudo através de reuniões, grupos de trabalhos, assembléias e discussões a partir de informações sobre os processos políticos subjacentes à construção da usina, trazidas por aqueles mediadores. As formas de luta caracterizam-se por práticas que se estendem desde a desobediência civil, abaixo-assinados, ações judiciais, envio de documentos a órgãos federais, manifestações públicas, acampamentos com o objetivo de impedir a continuidade das obras, ameaça de seqüestro de funcionários até idas a Brasília para pressões junto a órgãos centrais do poder.

Observa-se também que nestes movimentos o embate coloca em confronto aberto duas forças sociais: o Estado - representado pela empresa energética - e a sociedade local - representada pelos sindicatos e outras entidades que se apresentam como agentes negociadores. Neste embate, as instâncias estaduais e municipais possuem uma presença frágil. Neste sentido, esta relação de poder configura-se diferentemente daquela articulação política tradicional do meio rural onde o clientelismo político definia a intermediação entre a população local e o poder central. Nos movimentos sociais tradicionais as forças sociais envolvidas dialogavam com o Estado através de interlocutores legalmente reconhecidos, a organização se dava em torno de fortes lideranças carismáticas e paternalistas. O movimento de resistência às barragens apresenta uma nova relação com o Estado na medida em que o afrontamento é direto, sem intermediadores legitimados por este Estado. Neste sentido, as idas a Brasília

enquanto forma de luta, exemplificam este embate aberto na medida em que há uma transgressão dos limites espaciais da divisão do poder.³

Já o movimento associado às construções de barragens no Alto Uruguai apresenta uma situação totalmente diferente dos casos acima, o que permitirá enunciar alguns fatores que caracterizarão a diversidade do movimento social como um todo. Aqui não só se trata de um contexto diferente quanto à conjuntura política nacional, que atravessava um momento de transição democrática com o término da ditadura militar no início dos anos 80, como também a inserção social e econômica do campesinato atingido apresenta especificidades que serão determinantes na organização do movimento.

Essa diversidade advém principalmente da história da ocupação da região sul brasileira. No Alto Uruguai, o campesinato, formado principalmente por imigrantes e colonos de origens diversas provenientes de núcleos de colonização mista, constitui-se sobretudo de pequenos proprietários. Essa condição irá pautar a reivindicação pela permanência na área, o que viabilizará a resistência. Outro elemento diferenciador está no fato de se tratar de um campesinato engajado com a vida política regional, autônomo em relação ao Estado, e com uma tradição de vida associativa através de participações em organizações religiosas e cooperativas. O campesinato já possuía experiências de conflito com o Estado, experiências estas que vão ser determinantes na sua capacidade de organização. Assim, diferentemente de Itaparica e de Tucuruí, onde a partir de uma situação

3 Sobre a divisão espacial do poder ver BALAN, J. (org) - *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*, DIFEL, 1974.

criada pelo Estado, visando a construção de usinas hidrelétricas, é que irá ocorrer a politização do campesinato e sua sindicalização - no sul a organização do movimento antecede a própria decisão do Estado construir a obra.

Estes antecedentes influenciaram na evolução das reivindicações em três propostas políticas básicas: 1) luta pela indenização justa da terra e benfeitorias, 2) reassentamento em terras dentro da região e finalmente o posicionamento diretamente contrário à construção da barragem com a realização de um abaixo assinado objetivando impedir a construção da usina. O movimento assim se esforça para se antecipar às decisões governamentais sobre o destino daquelas comunidades.

Hoje, a região do Alto Uruguai é a que mantém movimentos mais autônomos em relação ao Estado e aos agentes mediadores e institucionalizados a partir da Comissão Regional de Atingidos por Barragens - CRAB. Criada em 1979, a CRAB possui a finalidade de encaminhar as lutas dos atingidos que aos poucos foram assumindo esta comissão como instrumento de organização e luta, repercutindo no seu reconhecimento pela sociedade e pelo Estado. Este reconhecimento pode ser ilustrado pelo convite da Eletrosul à CRAB para esta "integrar um grupo de trabalho destinado a buscar soluções em relação à população a ser atingida pelas barragens de Itá e Machadinho, reconhecendo, finalmente na prática a legitimidade do movimento" (SCHERER-WARREN & REIS, 1988,49).

Portanto, neste caso não só tem lugar uma nova relação entre campesinato e Estado - visto que os dois participam da mesma mesa de negociações - como também dentro do próprio movimento, há o

fortalecimento das posturas democráticas num esforço de garantir a participação dos trabalhadores nas comissões locais, estaduais e regionais e nas instâncias de decisão. Esta postura também está presente no esforço de propagar essas lutas locais a outras regiões do Brasil.

Neste sentido, a CRAB foi responsável pela organização do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens em março de 1991. A partir deste congresso foi aprovada a criação do "Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens" que articula movimentos locais e regionais de luta pela terra, visando reformas nas atuais políticas energéticas e de implantação de projetos de irrigação".

A consolidação do movimento a nível nacional se dá, contudo, sem a perda das especificidades e dinâmicas regionais e locais. Ao lado de uma unidade política, as lutas dos atingidos também são marcadas por uma diversidade (SCHERER-WARREN & REIS, 1988). Ao longo deste ensaio, através da comparação dos casos de Tucuruí, Itaparica e Alto Uruguai, percebemos a diversidade que caracterizou os seus respectivos movimentos sociais nas diferentes regiões brasileiras. Esta diversidade pode ser analisada sob quatro aspectos.

O primeiro deles diz respeito à diferenciação regional em termos do início do movimento de resistência, ritmo e forma de mobilização. Dentro deste aspecto, a diversidade advém do contexto da conjuntura política nacional somado às especificidades regionais que implementaram ritmos diferenciados aos movimentos.

O segundo aspecto é fruto do modo como se processou a ocupação histórica da região, que por sua vez caracterizou diferentes modos de organização da produção e formas de

apropriação cultural do espaço. Essa diversidade é decorrente das diferentes categorias de camponeses envolvidos. A natureza das reivindicações se diferencia caso se trate de uma maioria de posseiros, ou de pequenos proprietários ou de arrendatários.

O terceiro aspecto que caracteriza a diversidade destes movimentos é a presença ou ausência de antecedentes de organização política do campesinato. Voltaremos a discutir esta aspecto adiante. Como vimos, a presença de uma organização política anterior à intervenção do Estado determinou a agilidade da criação do movimento no sul do país.

O último aspecto decorre de uma diversidade interna a cada movimento local. A dinâmica de um movimento social não é só produto de uma dada organização produtiva e de uma rede de relações sociais, mas também de um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais e da própria trajetória histórica destas forças. Assim, não só a realidade local impõe uma diversidade, como também o resultado deste processo histórico pode ser concebido de diversas maneiras pelos diferentes atores sociais. A reflexão antropológica contribuiria na revelação destas especificidades que caracterizam a realidade local para, só assim, se apreender a dinâmica interna das mudanças sociais que vêm ocorrendo. Ao se descrever as formas de luta, as formas de organização, as bandeiras políticas levantadas, as negociações e alianças, o discurso dos sujeitos destes movimentos e, ao mesmo tempo, tendo-se em mente todos os elementos que caracterizam a organização de um modo de vida, é possível perceber como o conjunto destas especificidades interagem frente às ações governamentais.

A partir daqui daremos início a análise da segunda ordem de questões proposta na introdução deste ensaio. A

reflexão neste momento, estará centrada no conteúdo político presente nestes movimentos.

O processo que desencadeou o movimento social de atingidos por barragens pode ser visto através de três situações, que correspondem a três diferentes conteúdos políticos: a politização, a sindicalização e a legitimação. No caso de Tucuruí ocorreu a efetiva politização das comunidades camponesas com o desenvolvimento de uma consciência política a partir da participação em grupos de reflexão e assembleias deliberativas. Essa foi a primeira experiência que aquelas comunidades tiveram na luta do reconhecimento de seus direitos. No caso de Itaparica a situação gerou um processo de sindicalização. Através de seus sindicatos e da alteração de suas práticas, o movimento foi encaminhando a organização de 13 sindicatos em torno de um pólo sindical. O processo de conscientização política se deu através do desenvolvimento de cursos sobre sindicalismo a partir da necessidade de se desenvolver estratégias de ação mais sistematizadas. A situação da região do Alto Uruguai permite observar que, face aos antecedentes da organização política do campesinato, o movimento social dos trabalhadores atingidos adquire um conteúdo político principalmente com a conquista de uma legitimidade. Neste caso o movimento atinge estruturas políticas estabelecidas. O reconhecimento da legitimidade do Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens e a sua institucionalização levou a busca de uma ação autônoma em relação ao Estado e às forças sociais assessoras do movimento.

Esta busca de autonomia pode ser vista como o redimensionamento do modo de fazer política. Assim, a busca de uma autonomia frente ao Estado e

partidos políticos, a descentralização do poder interno ao movimento, a luta pela conquista da cidadania a partir do reconhecimento coletivo dos direitos e da participação política nas instâncias decisórias de políticas públicas, são algumas das ações que caracterizam o conteúdo político destes movimentos.

Como bem coloca Grzybowski (1987, 59) "enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais". (1987, 59) Assim, ao se posicionarem frente aos projetos de desenvolvimento governamentais, estes movimentos questionam os próprios critérios de distribuição de poder reagindo às suas formas centralizadoras. Na verdade, estes movimentos não estão vinculados a situações políticas específicas, nem estão questionando uma forma específica de poder, mas sobretudo a situação central de critério do poder. Assim, a sua existência se deve a fatores situados nas bases do atual modelo de desenvolvimento social e econômico (EVERS, 1984). Os grandes projetos econômicos contribuíram, portanto, para a politização das camadas populares por eles atingidas. Esta também é uma importante conclusão das reflexões de José de Souza Martins: "os grandes projetos contribuíram decisivamente para despertar o demônio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalorizados da terra, que põe em questão mais do que esses projetos" (MARTINS, 1988, 11).

No entanto, apesar desta ampliação do espaço político, não

podemos ver estes movimentos apenas sob o enfoque do poder, mas também, principalmente pelo potencial sócio-cultural que eles carregam, ou seja, na manifestação de suas diversidades e contradições mais do que na unidade de sua ação. "A capacidade inovadora desses movimentos parece basear-se menos em seu potencial político e mais em seu potencial sócio-cultural, para criar e experimentar formas diferentes de relações sociais cotidianas" (EVERS, 1984, 15).

A análise do processo que desencadeou o movimento social dos trabalhadores rurais atingidos por barragens nos fornece elementos para se pensar a questão da exclusão e participação política na sociedade brasileira. Os três casos abordados podem ser pensados enquanto representantes de uma luta que partiu da total exclusão até a participação na mesa de negociações do setor elétrico. "As chamadas negociações têm demonstrado que os camponeses têm conseguido um peso político na viabilização dos empreendimentos de um setor tão poderoso como é o setor elétrico. Têm conseguido ademais que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Comissões de Base sejam admitidos como lideranças, admissão esta antes restrita aos prefeitos e elites locais" (MAGALHÃES, 1990, 53).

Outro alcance político destes movimentos está na incorporação de outras lutas - a luta indígena pela defesa de seus territórios e identidade cultural, a dos trabalhadores sem terra, a luta ecológica pela preservação do meio ambiente - na conquista dos direitos à terra, trabalho, moradia e cidadania. Há portanto, o estabelecimento de mecanismos de divulgação das lutas e trocas de experiência que se consolidam como rede de solidariedade presente nas situações de conflito.

Em relação particularmente à luta

ecológica, observa-se que a partir de 1989, os trabalhadores atingidos começaram a discutir em seminários a questão ambiental e a utilização da legislação ambiental pelo movimento de atingidos, na denúncia dos desastres ecológicos provocados pela formação do reservatório.

Essa nova postura do movimento possui dois significados. Um diz respeito a utilização de uma legislação em favor dos movimentos sociais configurando uma outra dimensão da participação política conquistada, ou seja, o esforço de por a lei à serviço da população e dos movimentos populares. As formas de luta, neste sentido, abrangem ações legais, modificando o próprio modo de fazer política.

O outro significado está na articulação do conteúdo ecológico de defesa do meio ambiente à luta de resistência dos trabalhadores atingidos por barragens. Aqui, mais uma vez a reflexão interna ao movimento (de dentro) é necessária para se descobrir até que ponto o conteúdo ecológico na luta dos atingidos se configura em apenas mais uma bandeira política, ou se contém elementos que explicitem a existência de uma relação entre o modo de vida destes camponeses e a manutenção de uma determinada prática de relacionamento com a Natureza. Em outras palavras, qual a relação entre o modo de vida camponês e a preservação do meio ambiente. Se esta relação existe, o conteúdo político estaria, portanto, nesta dimensão ecológica.⁴

A partir desta reflexão, é importante ressaltar que a conquista da participação política se deu muito mais

em função do poder dos camponeses que tomaram a iniciativa de comandar um processo de resistência, do que da abertura de canais de negociação dentro da relação Estado/Sociedade a partir do processo de democratização da sociedade brasileira. No limite, se estiver ocorrendo um processo de democratização na política nacional, este certamente está sendo encabeçado pela sociedade civil e não pelo Estado.

4 Ilse Scherer-Warren (1990) desenvolveu uma análise justamente sobre a "articulação entre as lutas pela preservação da natureza e as lutas pela preservação de um determinado modo de vida, presente nos movimentos sociais rurais"

BIBLIOGRAFIA

BOLETIM ACONTECEU - Atingidos realizam seu I Congresso. CEDI, Rio de Janeiro, Suplemento do N. 563, abril 1991.

CASTRO, Edna M. R. - *Resistência dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí e Construção de Identidade* Trabalho apresentado no Seminário "Amazônia: perspectivas para o desenvolvimento regional", São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, novembro 1985.

CINTRA, Otávio - "A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia" in BALAN, J. (org.) *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*, DIFEL, 1974.

EVERS, Tilman - *Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais*, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2(4):11-73, abril 1984.

GRZYBOWSKI, Cândido - *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo* Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

HOBBSBAWN, Eric J - *Os Camponeses e a Política*, *Ensaio de Opinião*, 8:42-56, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES, Sônia B. - "Campeinato e hidrelétricas: uma visão sobre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens: In: VIANNA, A. (org), *Hidrelétricas, ecologia e progresso*, Rio de Janeiro, CEDI, 1990.

MARTINS, José de S. - *Os camponeses e a política no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de S. - *A chegada do Estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia*, Trabalho apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas, Amsterdam, 4 a 8 de julho de 1988.

MARTINS, José de S. - *Expropriação e Violência*, São Paulo, Hucitec, 1982.

MARTINS, José de S. - *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, São Paulo, Pioneira, 1973.

MARTINS, Paulo H. N. - Coronelismo, poder burguês e movimentos populares, *Presença*, Revista de Política e Cultura, São Paulo, Caetes, 5:139-147, 1985.

NUNES LEAL, V. - *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

SCHERER-WARREN, I. & REIS, M.J. - As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social, *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, 42:25-88, abril/maio 1986.

SCHERER-WARREN, I. - O caráter dos novos movimentos sociais, *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, 35:1-20, out/dez 1984.

SCHERER-WARREN, I. & REIS, M.J. - O movimento dos atingidos pelas barragens do Uruguai: unidade e diversidade, *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, n 48, jan/mar 1988.

SCHERER-WARRE, I. - O que há de "novo" nos movimentos sociais no campo? , *Teas Rurais*, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 2(4) SMA/UFSc/IBAMA, 19 a 23 de novembro de 1990, Florianópolis.

SIGAUD, Lygia - Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho, *Comunicação Nº 9* , Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1986.

PANDOLFI, Maria Lia - *Na Margem do Lago: um estudo sobre o sindicalismo rural* , Recife, 1986. 169 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco